



STJ reúne decisões sobre pagamento de multa e honorários

O pagamento de uma multa de trânsito não significa aceitação da punição, nem convalida eventual vício existente no ato administrativo da autoridade responsável pela emissão da penalidade, segundo entendimento já consolidado pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça.

As diversas decisões sobre *Os efeitos do pagamento de multa de trânsito sobre o ato administrativo viciado foram reunidas*, junto com outros quatro temas, na última edição da Pesquisa Pronta, ferramenta criada para facilitar a busca por jurisprudência do STJ e [casos notórios](#) analisados pela corte. A página lista temas selecionados por relevância jurídica de acordo com o ramo do Direito ao qual pertencem. As últimas pesquisas feitas podem ser encontradas na área [Assuntos Recentes](#).

Outros temas

Sobre o tema *Honorários advocatícios em caso de impossibilidade, ausência ou impedimento da Defensoria Pública*, o STJ já decidiu que o advogado que atuar como assistente judiciário de pessoas necessitadas, quando inexistente ou insuficiente a Defensoria Pública, tem direito a honorário fixado pelo juiz e pago pelo Estado, segundo a tabela da OAB.

No terceiro assunto, *Do efeito repristinatório na declaração de inconstitucionalidade de norma jurídica*, o STJ tem entendimento de que, havendo declaração de inconstitucionalidade de uma lei, volta a vigorar a lei revogada.

Em relação ao tema *Interferência da transnacionalidade do delito na definição da competência jurisdicional da Justiça Federal*, o STJ entende que, para firmar a competência da Justiça Federal, nos termos do artigo 109, inciso V, da Constituição Federal, tem que haver indícios da transnacionalidade do crime previsto em tratados ou convenções internacionais, não bastando a potencialidade do dano internacional.

No caso da *Análise da similitude fático-processual como condição para a extensão de decisão judicial favorável a um dos acusados aos corréus – incidência do artigo 580 do Código de Processo Penal*, o tribunal já concluiu que, havendo identidade da situação entre os corréus e inexistindo circunstância de caráter pessoal que justifique a diferenciação, são extensivos os efeitos do acórdão que determinou a anulação da decisão de pronúncia. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Date Created

09/03/2016